

PODER

# Para chegar ao STF, Messias age em silêncio

AGU se articula discretamente com Centrão e evangélicos para quebrar resistências

» ALÍCIA BERNARDES

O advogado-geral da União, Jorge Messias, acelerou nas últimas semanas a articulação política para viabilizar sua indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele tem apostado em encontros reservados e conversas indiretas com lideranças do Congresso, especialmente do Senado, para reduzir resistências antes do envio formal do nome pelo Palácio do Planalto.

Um desses movimentos ocorreu no fim de dezembro, quando Messias se reuniu com o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — que concorria com ele pela indicação à 11ª cadeira da Corte e era o nome defendido pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). Segundo interlocutores do parlamentar, a conversa durou cerca de uma hora e teve como objetivo pacificar a relação entre os dois, após desgastes provocados pela disputa à reindicação. O encontro serviu para reorganizar pontes políticas.

A reunião foi costurada por pessoas ligadas a Messias e a Pacheco, que trabalharam para reduzir resistências mútuas e criar um ambiente menos hostil à indicação do AGU. A estratégia de Messias tem sido evitar movimentos públicos e apostar em agendas discretas, muitas vezes fora de Brasília, com conversas preparatórias antes de qualquer encontro formal. Auxiliares relatam que, em alguns casos, a articulação passa por emissários e líderes partidários, que testam o ambiente antes de abrir portas para reuniões presenciais.

Mesmo com o Congresso em recesso até o início de fevereiro, o advogado-geral da União manteve o ritmo das articulações. Ele se reuniu, recentemente, com o

Daniel Estevão/Ascom/AGU



Ministro tem aproveitado o recesso parlamentar para aparar arestas junto a grupos que resistem à sua indicação

presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), colegiado pelo qual Messias será sabatinado caso seu nome seja confirmado pelo Palácio do Planalto. O encontro foi antecedido por semanas de conversas indiretas e sinalizações de aliados. Segundo relatos, a estratégia é para garantir um ambiente favorável à sabatina. Isso porque um dos projetos do bolsonarismo é justamente derrotar a indicação ainda na CCJ e criar um constrangimento para o Palácio do Planalto logo na largada do processo.

### Aproximação

Outro flanco da ofensiva de Messias é a aproximação com a bancada evangélica, tradicionalmente identificada com pautas conservadoras e, majoritariamente,

alinhada ao bolsonarismo. Levantamento feito junto a deputados representantes das correntes neopentecostais indica que ao menos 28 manifestam apoio à eventual indicação do AGU — que, por sinal, também é evangélico.

O movimento, porém, é tratado com cautela. Parlamentares próximos à frente relatam que a construção desse apoio tem ocorrido de forma fragmentada, com conversas individuais e reuniões de pequenos grupos, evitando encontros amplos que possam gerar reação da ala mais radical — que tem o líder do PL na Câmara, deputado Sôstenes Cavalcante (RJ), à frente.

A aproximação com os evangélicos, inclusive, enfrenta resistências entre eles. Parte da bancada vê com desconfiança a tentativa de diálogo e avalia que o apoio a Messias pode aprofundar divisões no

grupo, hoje menos coeso do que no começo da atual legislatura. Ainda assim, aliados do advogado-geral destacam que seu perfil técnico e o histórico de posições consideradas conservadoras em temas sensíveis têm ajudado a reduzir objeções.

Interlocutores do Congresso avaliam que a indicação de Messias, se confirmada, terá custo político elevado. A percepção é de que consolidou-se um novo padrão de negociação para as cadeiras no STF, no qual o Executivo passa a depender de consultas mais amplas às lideranças partidárias, especialmente do Centrão. Apesar disso, os indicativos parciais são favoráveis a Messias. Pelas contas feitas até agora, ele tem chances de ser aprovado, ainda que por margem apertada, para ocupar a vaga aberta com a saída de Luís Roberto Barroso.

## Tarcísio quer ir à Papudinha ver Bolsonaro

Preso desde a última quinta-feira no 19º Batalhão da Polícia Militar, a Papudinha, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para receber a visita do governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos). O pedido aguarda decisão do ministro Alexandre de Moraes e na pauta do encontro entre eles estão os primeiros movimentos da corrida presidencial.

O último encontro entre eles ocorreu em setembro do ano passado, quando o ex-presidente ainda estava em prisão domiciliar. Na ocasião, segundo aliados, o diálogo girou em torno do cenário político nacional e das estratégias para a eleição presidencial de 2026. Mas, passados quase cinco meses, o cenário mudou.

Isso porque o filho 01 de Bolsonaro, o senador Flávio (PL-RJ), foi ungido candidato do clã para concorrer contra a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, o desempenho dele nas pesquisas de opinião indicam que não seria capaz de impedir a recondução do petista ao Palácio do Planalto.

No caso de Tarcísio, a situação é diferente. Pela pesquisa da Genial/Qaest publicada dia 14, Lula teria 44% e Tarcísio de Freitas, 39%. Mas essa diferença, que era de 10 pontos percentuais em dezembro, caiu para cinco, o que faz do governador paulista o nome mais competitivo do campo da direita.

O resultado da pesquisa Meio/Ideia, divulgada em 13 de janeiro, aponta um cenário de empate técnico no limite da margem de erro. Dá 44,4% a Lula e 42,1% a Tarcísio. Segundo o levantamento, o governador paulista é o único nome da oposição a ultrapassar a barreira dos 40% em um confronto direto contra o presidente.

Tarcísio, porém, reluta em se apresentar como pré-candidato

ao Planalto e, na semana passada, Flávio fez questão de fechar-lhe a porta, dizendo que o governador o apoiaria na corrida presidencial. Só que, segundo interlocutores, o mercado financeiro tem pressionado pelo nome de Tarcísio exatamente por ser ele o pré-candidato com maiores chances de impedir um quarto mandato de Lula. O filho 01 de Bolsonaro, porém, afirma que está na disputa “para valer” e que não lhe passa pela cabeça desistir.

### Vídeo em IA

Inclusive, no fim de semana, circulou entre grupos bolsonaristas um vídeo feito por inteligência artificial (IA) no qual Bolsonaro passa para Flávio a função de representá-lo na disputa presidencial. Com forte apelo religioso, mostra que o senador é o candidato do bolsonarismo e que tem uma “missão”.

Além de Tarcísio, a defesa de Bolsonaro também pediu autorização para a entrada de Bruno Torres Dourado, ex-assessor do governador de São Paulo e irmão da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, e de Bruno Scheid, assessor do ex-presidente. As visitas na Papudinha têm horários ampliados em dois dias da semana — quartas e quintas-feiras —, das 8h às 10h, das 11h às 13h e das 14h às 16h.

Por sua vez, o ministro Moraes autorizou que o médico particular de Bolsonaro, Cláudio Birolini, acompanhe a junta médica da Polícia Federal responsável por avaliar o estado de saúde do ex-presidente. A perícia foi determinada depois da transferência da custódia da PF para o sistema penitenciário e deve analisar o quadro clínico, as necessidades médicas durante o cumprimento da pena e a eventual necessidade de transferência para o hospital penitenciário. (AB com colaboração de Fabio Grecchi)

Reprodução/Redes sociais



Vídeo de IA mostra Bolsonaro ungindo Flávio candidato à Presidência

## Caminho aberto às críticas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) propôs, ontem, que críticas aos governos, mesmo aquelas com impulsionamento pago, não caracterizem propaganda eleitoral antecipada negativa, desde que não façam referência às eleições. A medida pode representar uma guinada no entendimento da Corte sobre o assunto. A legislação atual em vigor proíbe impulsionamento pago de propaganda eleitoral negativa.

“Não caracteriza propaganda eleitoral antecipada negativa a crítica ao desempenho da administração pública, realizada por pessoa natural, ainda que ocorra a contratação de impulsionamento, desde que ausentes elementos relacionados à disputa eleitoral”, diz a minuta.

A proposta consta numa resolução, elaborada pela presidência da Corte, composta pela ministra Cármen Lúcia e pelo vice Kassio Nunes Marques, que deve pautar as audiências públicas convocadas para decidir sobre as novas regras eleitorais de 2026. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Marques presidirá o TSE nas eleições e

orientou o processo de elaboração da nova legislação.

As audiências públicas para receber sugestões da sociedade civil foram marcadas para 3, 4 e 5 de fevereiro. As normas que vão orientar a atuação da Justiça Eleitoral neste ano precisam ser aprovadas até 5 de março.

### Brecha no conteúdo

A nova resolução mantém a proibição de impulsionamento que promovia propaganda negativa e a permissão para “promover ou beneficiar candidatura, partido político ou federação que o contrate” por meio desse método. A novidade fica por conta da brecha para conteúdo sem “elementos relacionados à disputa eleitoral”.

Na prática, a medida permitiria campanhas de difamação contra a administração pública como aquela realizada recentemente visando o Banco Central. Comunicadores denunciam terem recebido propostas em dinheiro para atacar a liquidação do Banco Master, decidida pelo BC, e difamar a autarquia.

### NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Legado de Jungmann na defesa, na segurança e na reforma agrária

A morte de Raul Jungmann, aos 73 anos, em Brasília, devido às complicações de um câncer de pâncreas, contra o qual lutou dois anos, encerra a trajetória de um dos mais completos homens públicos de sua geração. O político pernambucano atravessou a clandestinidade da resistência democrática e, na democracia, assumiu responsabilidades de Estado em diferentes governos e momentos da vida nacional. Era muito respeitado até por adversários, pela capacidade de diálogo, pela integridade e pelo compromisso republicano.

No ambiente político e intelectual do Recife, Jungmann iniciou sua militância no PCB ainda na clandestinidade, quando a política era também risco pessoal. Mais tarde, ajudou a fundar o PPS e se tornou uma de suas principais lideranças nacionais, atuando por 26 anos no partido. Exerceu três mandatos de deputado federal e foi vereador. Foi ministro cinco vezes — no governo Fernando Henrique Cardoso, ocupou Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Políticas Fundiárias; no governo Michel Temer, chefiou a Defesa; e, em 2018, tornou-se ministro da Segurança Pública do país.

No Desenvolvimento Agrário e nas políticas fundiárias, Jungmann enfrentou conflitos históricos e tensões permanentes. Soube combinar pragmatismo e visão pública à reforma agrária como política de Estado, não como improviso ou instrumento de pressão circunstancial. Na sua visão, primeiro, reforma agrária não se limita à distribuição de terra: assentamentos precisam ser estruturados com infraestrutura, assistência técnica, crédito e integração produtiva. A regularização fundiária é condição civilizatória, capaz de reduzir violência, insegurança jurídica e conflitos de posse, e de dar racionalidade ao uso do território. Jungmann reconhecia a legitimidade da demanda social sem renunciar à legalidade, do diálogo e da pacificação.

No Ministério da Defesa, Jungmann deixou um projeto de Política Nacional de Defesa como instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, fundamental para um país continental, com fronteiras extensas, riquezas naturais e responsabilidades internacionais crescentes. O texto busca reposicionar as Forças Armadas em bases democráticas e associadas ao desenvolvimento do país e está engavetado no Congresso. É um esforço para fortalecer o papel do ministério como comando civil democrático, com profissionalismo, coordenação e modernização foi louvável, sobretudo em tempos de instabilidade.

Jungmann, mesmo fora do governo, atuou nos bastidores das crises militares e de segurança pública, como interlocutor político junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Fazia uma clara distinção entre defesa nacional e segurança interna, que não são a mesma coisa, ainda que se comuniquem. Preservar essa fronteira evita a militarização da política e a politização da caserna. Entretanto, quando foi nomeado ministro da Segurança Pública, acabou substituído na Defesa por um general.

Em 2018, Jungmann assumiu o recém-criado Ministério da Segurança Pública, numa conjuntura de crise política e pressão social diante do avanço do crime organizado e da violência. Sua atuação representou uma tentativa de superar a fragmentação histórica do setor: estados carregam o peso operacional, a União dispõe de recursos e instrumentos federais, e a cooperação entre instituições nem sempre ocorre de modo eficiente.

### Cidadania

Sua contribuição foi a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), como marco na busca de cooperação e coordenação nacional. Era uma voz respeitada nos debates sobre governança, integração e coordenação federativa entre forças policiais, inteligência e planejamento. Amadureceu essa visão durante a desastrosa a intervenção militar no Rio de Janeiro, para a qual foi nomeado o ex-ministro e general de exército Walter Braga Netto, que hoje está preso, condenado por tentativa de golpe de Estado. Segundo Jungmann, a segurança pública não deve ser objeto de punitivismo ou propaganda de ocasião: exige técnica, legitimidade democrática e instituições capazes de funcionar em rede e combater a infiltração do crime organizado.

Da militância no PCB clandestino à liderança no PPS e ao campo político que desembocaria na Cidadania, Jungmann representou a esquerda democrática e republicana, que não abdica de justiça social, mas entende que a democracia é valor, método e limite. Ao se afastar da Cidadania, Jungmann denunciou práticas internas autoritárias e reafirmou o princípio de que democracia não é apenas discurso contra adversários — deve existir em relação a todos, dentro das organizações e nas regras do cotidiano. Deixa um exemplo de que é possível exercer poder com densidade, diálogo e responsabilidade republicana.

Ao romper com Roberto Freire, em 2018, foi coerente com sua trajetória. Em carta pública, Jungmann afirmou se afastar do “seu único partido” por discordar da forma como o comando partidário em seu estado havia sofrido uma intervenção para ser entregue de maneira “autoritária”, “sem transparência” e em afronta à democracia interna ao ex-deputado Daniel Coelho (PE), por Roberto Freire, sem nenhuma comunicação e prévio entendimento, uma prática recorrente. Mais do que mera disputa interna, o episódio revela um traço central de sua vida pública: a ideia de que partidos e instituições não podem ser tratados como cartórios e propriedade privada.

Leia mais na página 5